

levanta insubmissa, com dignade. Não há vinculações a movimentos de sindicatos, a não ser a notícia de algum sindicato de que, a qualquer ameaça de punição a qualquer professor em São Paulo, eles entrarão em movimento solidário com os mestres agredidos.

Pego a V. Exa., Sr. Presidente, que permita a transcrição, ao pé da letra do meu discurso, no "Diário Oficial", do item 5.º do boletim do comando geral da greve.

"5 — A greve justa do professorado não tem nenhum sentido ideológico, político ou partidário. Não é o fruto de qualquer opinião ou decisão pessoal ou de uma entidade de classe. É o resultado inevitável de condições alheias à vontade dos professores e criadas apesar do caráter pacífico e disciplinado de uma campanha reivindicatória que o magistério primário vem desenvolvendo junto ao poderes competentes desde fevereiro último, com uma paciência beneditina.

Nessa longa luta de 8 meses só fomos humilhados. Todas as providências suasórias foram esgotadas, inclusive com a mediação do vice governador, Laudo Natel, e até apelo ao Cardeal de São Paulo. Os professores primários têm sido humildes até no pedir. Não reclamam mais do que já foi concedido este ano a outros servidores do Estado. Aplaudiram o aumento da Força Pública, que consideraram justíssimo. Só não querem ganhar menos que o soldado raso da Força. Não deixaram nenhuma outra saída à classe abençada, que todos louvavam, mas que continua, em vão, a clamar por justiça.

Nenhuma ameaça intimidará o professor primário. A greve não é um movimento de indisciplina pessoal. É um fato social, cujo direito está assegurado na própria Constituição da República. Os professores primários do ensino oficial de Minas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Brasília recorreram a ela; conseguiram êxito, e ninguém pôde puni-los. O mesmo conseguiu o magistério secundário de Minas Gerais como o professorado de outros países.

Os professores primários de São Paulo não têm menos fibra do que os seus colegas das outras unidades da Federação. A greve é um fato social como a moda ou o costume, a divisão do trabalho etc. Por isso é um fato natural que escapa à vontade de qualquer pessoa ou instituição de classe. Se não houvesse condições influência alguma levaria o magistério à greve. Mas nas condições que se criaram não há ninguém capaz de sufocar a decisão insuperável do professorado de São Paulo. Se a greve é um fato social, e por isso mesmo natural, punir a greve justa é o mesmo que querer punir a chuva, a noite ou o vento, que são fenômenos naturais insubmissos à opinião do homem. Ninguém incitou o professorado à greve, a não ser aqueles que, podendo atender às pretensões que sempre reconheceram justas, apontaram aos mestres do ensino primário o único caminho para a vitória, a única resposta ao desprezo das reivindicações pacíficas. Só existe uma maneira de evitar a greve: Atender ao professorado primário de São Paulo."

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, solicito a atenção especial de V. Exa. para esta carta, assim como solicito, já que ela é manuscrita, um pouco de paciência, para que eu possa lê-la na íntegra: (Lê) Exma Sra. Dep. Conceição da Costa Neves

Assembleia Legislativa — S. Paulo
Muitos ouvintes de rádio nesta região fluminense, também conhecedores da curiosa personalidade do Padre Baleeiro, acompanham os comentários de V. Exa. no ambiente político-administrativo de S. Paulo. Ante dois fatos sumariamente graves aqui em Monerat, cumprio o dever de os relatar, como subsídios para o presente e futuro próximos:

1.º O Reverendo Secretário de Educação paulista adquiriu, de certa forma complicada — ainda não tem escrituras — a fazenda "Rancharia do Norte", outrora de alta produtividade, sob o regime do trabalho de operários colonos, que sempre mantiveram a população de Monerat e cercanias suprida de todos os mantimentos da lavoua. O Padre Baleeiro, em sua violenta reforma agrária..., determinou aos seus jovens prosélitos a expulsão sumária e injusta de todos os numerosos colonos, alguns radicados na terra há mais de 40 anos, onde, com seus braços e economias, formaram cafezais, canaviais etc. Uma viúva pauperrima, D. Candelária Guebel, procurou-me, há dias, para contar como tudo perdeu: cafés, milho, feijão, hortas, consumidos pelo gado proposadamente solto na roça, inominável abuso dos que deviam, ao menos, conhecer a moral do catolicismo! Aliás, velhos colonos e trabalhadores da fazenda foram substituídos pelo gado solto, criminosamente, para invadir as propriedades vizinhas, e impedir qualquer cultura.

2.º Sem nenhum estudo prévio, nem projeto, responsabilidade técnica imperiosa e inquestionável, os comandados do Padre Baleeiro levantaram uma enorme "barraagem" de terra, com cerca de 7 metros de altura, simples atêro sobre lago de pedra, e sem qualquer dispositivo de alvenaria como vertedouro, ou mesmo comporta de emergência. O prefeito local, ante o clamor público da Vila de Monerat, moradores ribeirinhos até a cidade de Cordeiro, tomou a iniciativa local, constatando o acúmulo imponente e ameaçador de mais de 250 mil metros cúbicos de água! Determinou o esvaziamento do agude, indagando do projeto, engenheiros responsáveis, uma vez o risco iminente para todos os moradores a jusante. A resposta foi: "Está tudo em S. Paulo"... Dias após, em café oficial, apareceu elemento desse Estado, dizendo-se engenheiro,

e procurando acalmar as futuras vítimas desse ato de verdadeira insanidade.

O Governo fluminense procura impedir o desastre gravíssimo e fatal, logo às primeiras e próximas chuvas fortes. Enquanto isso, o pessoal do Padre Baleeiro limita-se às afirmações de que este tem dinheiro de sobra para indenizar prejuízos eventuais, como se vidas humanas, tragadas pela inevitável calamidade do desmoronamento do atêro, tivessem preço!

Cumprimo-nos alertar o generoso povo paulista dessa tragédia intencional e fria, que alto titular de seu Governo, por inconsciência e teimosia, impõe a uma região do Estado do Rio, que, até aqui, viveu sem perigos e sobresaltos.

Fui o secretário e fundador da Secretaria de Energia Elétrica do Governo Roberto Silveira, de saudosa memória, e, portanto, profissionalmente ligado a todos os problemas do programa de barragens em meu Estado.

Com meus cumprimentos,

atenciosamente
a) **Bandeira Vaughan**
PTB
(Suplente do Senador Miguel Couto).
Monerat, 6-10-63
Est. Rio

Sr. Presidente, acho que esta carta dispensa qualquer comentário, mas não vai dispensar a minha presença, nesta tribuna, numa nova fase do caso Baleeiro no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Pinheiro Júnior.

O SR. PINHEIRO JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, continuo recebendo, diariamente, dos servidores lotados no interior do Estado, e na Capital, memoriais e abaixo-assinados apelando a esta Assembleia para que interfira junto ao Sr. Governador do Estado no sentido de que encaminhe a esta Casa mensagem objetivando o aumento dos servidores, na base de 70%. Tenho visitado, Sr. Presidente, repartições públicas do Estado, quase que diariamente, e o clamor é geral. Sr. Presidente, os servidores públicos não podem esperar mais. Estas mensagens que ora trago a esta tribuna devem ser encaminhadas com urgência ao Sr. Governador, porque os servidores estão passando fome. Já declarei a esta Casa que muitos servidores, se jantam, não almoçam, se almoçam, não jantam, porque não há numerário suficiente para duas refeições diárias. Hoje acabo de receber dois abaixo-assinados. Um dos servidores estaduais de Moji das Cruzes, e outro de servidores da Saúde, do DAE, da Secretaria da Fazenda e de vários outros setores, num total de 122 assinaturas.

São os seguintes: (Lê)
"Ao Excmo. Sr. Dr. Antônio Pinheiro Júnior.

DD. deputado estadual à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Os signatários infra-assinados, servidores estaduais, desta região de Moji das Cruzes, vêm respeitosamente solicitar de V. Exa. interceder junto ao nosso eminente governador para uma melhoria de seus salários de 70%, a exemplo do conquistado pelo funcionalismo federal, em virtude das dificuldades que vamos atravessando devido ao crescente custo de vida que vem rondando todos os lares, e que torna desesperadora a possibilidade de enfrentar a presente situação. Moji das Cruzes, 27 de agosto de 1963".

(Seguem-se as assinaturas).
"Os servidores públicos infra-assinados, vêm, respeitosamente apelar ao eminente governador Dr. Adhemar de Barros, no sentido de encaminhar urgentemente à Assembleia Legislativa do Estado as mensagens necessárias ao pedido formulado pela União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, consubstanciando as mais momentosas reivindicações da classe, a saber: a) reajustamento de vencimentos e salários para o funcionalismo em geral, na base de 70%; b) — reajustamento das bases atuais do salário-família para Cr\$ 3.500,00 até 3 dependentes e daí por diante para Cr\$ 4.000,00; c) — estabelecimento de convênios do DAMSPE com nosocomios sediados no interior do Estado, para atendimento dos servidores ali residentes; d) — efetivação para os atuais extranumerários com dois anos de serviços prestados ao Estado. Tudo nos expressos termos do memorial elaborado pela União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo".

(Seguem-se as assinaturas).
Sr. Presidente, gostaria também de fazer um apelo neste momento ao Sr. Governador do Estado. Ele pode evitar a greve dos professores primários que já está marcada para o dia 16. É só S. Exa. encaminhar a esta Casa a mensagem concedendo o aumento de vencimentos a essa laboriosa classe na base de 70%, ao mesmo tempo a volta do regime de 12 aulas semanais e 50 mensais, a vantagem do nível universitário concedida a todos os portadores de diploma de curso superior, incorporação das aulas extraordinárias na aposentadoria e aumento proporcional para professores contratados.

Sr. Presidente, como um dos representantes do funcionalismo, desejo fazer este apelo ao Sr. Governador. Não deixe que o fermento cresça. Hoje são os professores primários e secundários que ameaçam entrar em greve, não sabemos se amanhã será a totalidade dos servidores públicos estaduais, os quais no momento passam verdadeiras aflições, passam fome. Só fazem uma refeição por dia, repito, porque não dispõem do necessário para fazer duas.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Mucilo Souza Reis.

O SR. MUCILO SOUZA REIS (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, a 2 do corrente foi apresentado compulsoriamente nas funções que vinha exercendo há anos na Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, o professor Olbiano Gomes de Mello. Completou ele no dia 70 anos de idade e, por este mo-

tivo, o funcionalismo daquela Pasta, tendo a frente o próprio Secretário e o Diretor Geral, prestaram ao servidor, que se afastava, significativa e honrosa homenagem pelos serviços prestados a vários governos que passaram pelos Campos Elísios. Assistente Econômico do Gabinete do Secretário, sua permanência na Administração Pública ficou ali assinalada por diversos trabalhos de ordem técnica no campo do trabalho, da indústria e do Comércio, além de sua participação em Comissões e Grupos de Trabalho organizados pelo Governo do Estado para o planejamento e elaboração de planos de ação das atividades econômicas relacionadas com a alta administração do Estado. Desses trabalhos é de se assinalar o referente ao Intercâmbio Comercial do nosso Estado com as outras Unidades da Federação, o congestionamento do Porto de Santos, a solução do problema dos emigrantes nordestinos e de outras regiões para o nosso Estado, os estudos sobre as reivindicações do Governo Paulista na reunião dos Governadores, convocada pelo ex-presidente Jânio Quadros no Rio de Janeiro, a elaboração do projeto de lei reestruturando em termos atualizados toda a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, projeto este agora em fase de ser encaminhado a esta Assembleia pelo atual Governador do Estado e que, se aprovado, transformará aquela Pasta numa das mais importantes e atuantes Unidades Administrativas do Estado.

Exercendo também as funções de Diretor do Setor do Comércio (Comissão de Assuntos Comerciais), ocupou por duas vezes a chefia do Gabinete do Secretário, respectivamente na gestão do atual Ministro Paulo Marzagão e do professor Damiano Gullo.

Estes, contudo não foram apenas os serviços prestados por este nobre ilustre patriota a São Paulo. É que, como escritor, sociólogo e economista Olbiano de Mello tem sido um educador no bom sentido. Professor da Cadeira de Economia Política, da Escola Superior de Administração de Negócios, da Pontifícia Universidade Católica, há anos que pelas suas mãos vêm passando turmas de alunos que frequentam aquele curso universitário e do qual vêm anualmente saindo grupos de Administradores de Empresa, enriquecendo e melhorando tecnicamente a direção do parque industrial e comercial de São Paulo. Agora mesmo, coincidindo com seu 70.º aniversário, a "Editora Revista dos Tribunais" acaba de lançar seu último livro, intitulado "Economia Política", conteúdo dos Fundamentos Básicos das várias Doutrinas, desta Ciência. Este seu livro é o próprio professor Olbiano de Mello que escreve em seu prólogo: servirá preferentemente aos estudantes de nossas Escolas Superiores, mas também aqueles que se preocupam com os problemas econômicos de um modo geral. Políticos, Administradores, líderes sindicais, jornalistas, etc."

Nos anais desta Assembleia, várias vezes se registrou o nome do professor Olbiano de Mello, em decorrência da sua intensa atividade cultural. Seu livro "A Marcha da Revolução Social no Brasil" que foi focalizado da tribuna parlamentar pela brilhante deputada Conceição da Costa Neves por ocasião da passagem de uma das datas que marcaram o falecimento do sempre prestante Presidente Getúlio Vargas, e uma sua apreciação sobre Brasília, quando a construção da nova capital era combatida por muitos, assim como em tramitação nesta Casa está um projeto de lei de minha autoria criando "Fazendas Societárias" no Estado, inspirado em outro livro do Prof. Olbiano de Mello, "A Quarta Força" e que, se aprovado, e depois estendido o sistema a todo o Brasil, implantaria de fato racionalmente uma verdadeira Reforma Agrária em todo o País.

Senhor Presidente:
Os Parlamentares, em verdade, não são apenas as Casas onde se fazem as leis. Seus membros, como legítimos representantes do povo, devem também incentivar e aplaudir todos aqueles que fora das lutas partidárias e alheios às paixões políticas, no silêncio dos seus gabinetes de estudo, na Cátedra, pelo livro ou outro qualquer meio de divulgação, ajudam o Brasil também a crescer e progredir. Dentre milhares de brasileiros, cientistas e trabalhadores que lutam com as armas da cultura pelo progresso de nossa Pátria, sem nenhum favor está o Prof. Olbiano de Mello que praticamente dedicou toda a sua vida aos estudos e pesquisas dos problemas sociais, políticos e econômicos nacionais. Eis porque, Senhor Presidente, requiro a Vossa Excelência que, ouvida a Casa, seja registrado nos Anais da Assembleia um voto de congratulações pela passagem do septuagésimo aniversário deste nobre ilustre patriota, como justa homenagem aos seus méritos de cientista e educador.

Desta forma, Sr. Presidente e Srs. deputados aqui fica as nossas homenagens a este ilustre funcionário público pelos relevantes serviços prestados a São Paulo.

Sr. Presidente, temos aqui um livro que o Prof. Olbiano de Mello oferece ao Presidente da Assembleia Legislativa. Vamos dar conhecimento à Casa do "currículo vitae" do autor, assim como da dedicatória.

(Lê):
ECONOMIA POLÍTICA

Prof. Olbiano de Mello
O Autor é titular da Cadeira de Economia Política da Escola Superior de Administração de Negócios, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, portador de títulos de Economia Profissional e de Farmacêutico-Químico. Membro da Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo e do Conselho Técnico desta Entidade, membro de honra do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais, Assistente Técnico-Econômico e Diretor da Comissão de Assuntos Comerciais da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, portador da "Medalha Honorífica da Imperatriz Leopoldina", do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ex-Delegado-Membro do Conselho Regional das Entidades Não Governamentais filiadas à ONU, e membro da Junta Executiva Regional, em São Paulo, do Conselho Nacional de Estatística e ex-chefe do Gabinete do Secretário do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

Publicou os seguintes livros:
1 — Crédito Agrícola (1929)
2 — Comunismo ou Fascismo (1930)
3 — República Sindicalista (1931)
4 — Concepção Integral do Estado (1933)
5 — A Quarta Força ou Bases Fundamentais da Doutrina Societarista (1951)
6 — A Societarização do Capital das Empresas (1953)
7 — Intercâmbio Comercial de São Paulo com as outras Unidades da Federação (1954)
8 — A Marcha da Revolução Social no Brasil (1957)
9 — Teófilo Benedito Otoni no Cenário Político e Econômico do Império (1958)"

Dedicatória:
"Ao ilustre deputado Ciro Albuquerque, digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, com as minhas homenagens. S. P., 8-10-63.
(a.) Olbiano de Mello: Rua Artur Azevedo, 129 — Ap. 3 — Capital".

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Oswaldo Massel. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Valério Giuli.

O Sr. Valério Giuli (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, me lancholicamente aproxima-se o dia 15 de outubro, "Dia do Professor". Pela primeira vez na história do ensino da educação em São Paulo foram suspensas as manifestações e homenagens aos professores, mesmo porque o Centro do Professorado Primário, assim como as entidades de classe, entenderam conveniente recusar todas as manifestações que porventura poderiam ser endereçadas ao mestre, isto em sinal de luto, em sinal de pesar pelo descaço com que o Sr. Governador do Estado vem tratando essa classe.

Com efeito, ao enviar a esta Câmara a mensagem que concedia 25% de gorjeta aos professores primários, S. Exa., o Sr. Governador do Estado, deu, com este gesto, uma verdadeira bofetada na cara dos mestres. Amanhã, estarão aqui à presença dos Srs. deputados os professores de São Paulo. Vêm, não pedir, absolutamente, mas vêm exigir que se lhes faça justiça e temos certeza de que os distintos e nobres colegas, ao examinarem esta situação penosa que atravessa o Magistério Primário e também o Secundário, não recusarão o seu apoio, não recusarão a sua solidariedade à manifestação que será feita no dia de amanhã, "Dia do Professor", dia de luto, dia de tristeza e dia do desencanto.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Lurtz Sabia.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e nobres colegas, a Mesa desta Casa ficou várias semanas sem se reunir.

Queria neste instante, diante de fatos lamentáveis que ocorreram nesta Assembleia e de algumas falhas que não podem, em hipótese alguma, continuar ocorrendo neste Palácio "9 de Julho", pedir a V. Exa. que ocupa a Presidência neste momento, que, na quarta-feira próxima, a Mesa se reúna, porque quero prestar alguns depoimentos, em atendimento ao apelo do Presidente efetivo desta Casa no sentido de que qualquer irregularidade que houvesse a levasse eu, pessoalmente, ao conhecimento da Mesa, porque, sinceramente, não posso admitir, não posso conceber, como qualquer cidadão, os fatos desagradáveis que aqui vêm ocorrendo e determinadas liberalidades. Esta Casa não pertence a ninguém. Ela pertence a todos nós, eis que todos temos a responsabilidade de mantê-la, mas um funcionário desocupado agrediu outro funcionário e a Diretoria disse que não pode tomar providências porque o cidadão tem padrinho.

Eu não admito, Sr. Presidente e nobres colegas, que fatos como este ocorram no Palácio "9 de Julho", aqui tem de haver disciplina; respeito. Os desocupados terão que ser afastados e a hierarquia respeitada, ou este deputado não se calará.

Pego a V. Exa. que, na próxima quarta-feira, o Presidente, os 1.º e 2.º Secretários se reúnam para que eu aponte estas irregularidades e para que se tomem as providências necessárias, porque não admitirei abusos nesta Casa, no Palácio a que pertenço e que representa a opinião pública de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Antônio Donato.

O SR. ANTÔNIO DONATO (Sem revisão do orador) — Nestes últimos dias têm nos chegado às mãos mais de cinquenta telegramas, oriundos de São Carlos, pelos quais os professores do magistério primário nos solicitam apoio na luta que empreendem por melhores vencimentos. Nossa formação, a justiça das reivindicações dos abnegados mestres e as necessidades que a hora presente impõem a todos os que vivem de salários, impelam-nos, irresistivelmente, a que tomemos posição decidida em favor do movimento. Somos de opinião que o Senhor Governador do Estado deve, imediatamente, reconsiderar a mensagem para aqui enviada, reformulando-a em bases mais condignas em relação ao aumento de vencimentos do professorado estadual. 25% representa uma insignificância humilhante, cuja oferta serviu apenas para exacerbar mais o descontentamento reinante, e está longe, muito longe, de oferecer o equilíbrio pecuniário a que tem direito os valerosos mestres. A imprensa destes dias anunciava que os proprietários de jornais e revistas, face à galopante elevação do custo de vida espontaneamente desejam aumentar os salários dos seus profissionais gráficos na base de 72%. Tal aumento foi assim estimado, afirmaram os referidos donos de jornais e revistas, porque o custo de